

# Maria José Espírito Santo

## Subdirectora Geral de Energia



Exerce o cargo de Subdirectora Geral da Direcção Geral de Energia e Geologia na área da Energia desde 2018.

É licenciada em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico.

Iniciou a sua atividade profissional na EDP- Eletricidade de Portugal- Laboratório de Sacavém - no desenvolvimento do Projeto Feixe – Programação por Feixes Hertzianos, e posteriormente como Diretora Comercial numa empresa de Sistemas de Comando Automático (Servotrol, Lda)

Com a publicação em 1988 (DL. 189/88, de 27 de maio) que abriu a atividade de produção de energia elétrica ao setor privado, foi convidada pelo Ex-Instituto da Água, para integrar a equipa de consultores, criada para o efeito, para promover e licenciar pequenas centrais hidroelétricas (vulgo Mini-hídricas), que marcou o início da aposta nas energias renováveis.

Em 2001 iniciou, por convite da então Direcção Geral de Energia novo desafio no licenciamento de FER alargado a outras tecnologias renováveis, então mais emergentes, designadamente energia eólica e solar fotovoltaicas, desempenhando funções, como Chefe de Divisão de Licenciamento e como Diretora de Serviços de Energia Elétrica.

Exerceu funções como 1ª Secretária e como Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Energia nos triénios de 1996 até 2001, respetivamente.

Assegurou a representação Portuguesa no Grupo de trabalho “RES Electricity”, integrado na Concerted Action on Renewable Sources (CA-RES), iniciativa da DG Energy da Comissão Europeia.

Integra, em representação do MAAC a Delegação Portuguesa da CADC - Comissão para Aplicação e Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.

É Representante da DGEG no Conselho Nacional da Água.

Coordenou vários Grupos de Trabalho, designadamente no acompanhamento do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico, no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, na análise do sistema de implementação de atribuição de capacidade de receção na RESP, entre outros.